

Antes de iniciar esse pequeno relato sobre a situação na área yanomami, quero fazer alguns esclarecimentos sobre as precauções tomadas antes do embarque. A viagem foi possível graças à autorização verbal do presidente da República, numa conversa dia 16 de janeiro. Ele aquiesceu imediatamente, desde que não houvessem custos para o Governo. Sendo assim, os enviados da organização Médicins du Monde prepararam-se para a viagem. Os ministros Seigo Tsuzuki, da Saúde, e Bayma Denys, do Gabinete Militar da Presidência da República tentaram, de modos diversos, impedir o deslocamento da equipe autorizada pelo Presidente da República.

De acordo com o entendimento mantido com o presidente Sarney, fiz uma carta ao ministro da Saúde apresentando a equipe. Pedi uma audiência ao ministro Tsuzuki na quarta-feira dia 17 de janeiro, e ele me pediu a carta de apresentação, informando que ela seria submetida ao ministro Bayma Denys. Escrevi a carta, telefonei ao general Denys, que me disse não poder impedir a viagem porque fora autorizada pelo presidente Sarney. A conversa com o general aconteceu na manhã do dia 18 de janeiro, quinta-feira. No dia 19, deixei a carta no Ministério da Saúde, telefonei novamente ao general Denys. Ele me disse então que os médicos deveriam cumprir todo um roteiro, começando pelo Ministério das Relações Exteriores, para obedecer um decreto que fora publicado no DO em 16.01.90. Disse-lhe que seria impossível porque os trâmites diplomáticos são longos, e que a situação na área é de absoluta emergência. Diante desse quadro duvidoso, decidi embarcar com os médicos para viabilizar a presença deles na área, uma vez que, na qualidade de estrangeiros, eles poderiam sofrer constrangimentos, frustrando o plano futuro de atendimento aos índios. Embarcamos para Boa Vista no domingo, 21 de janeiro. Na segunda-feira compramos mantimentos e, na terça-feira, em Táxi-Aéreo, seguimos para Paa-Piu.

Ainda em Boa Vista foi possível observar o descontrole total do comércio de ouro. No centro da cidade, mais de 40 casas são especialistas na compra de ouro. Os garimpeiros, nesse dia, vendiam o grama por NCZ\$ 320,00. A transação se faz longe das vistas da Caixa Econômica Federal, e os garimpeiros não recebem nenhum documento comprovando a transação. Estive em duas dessas lojas mas não consegui saber a quantidade de ouro comercializada por dia.

VIAGEM

A viagem para a área yanomami só é possível em pequenos aviões. seja do tipo monomotor, ou bimotor. É possível também chegar em Búfalo C-130 da FAB, ou em helicóptero. Fomos num Minuano, com capacidade para 1.500 a 1.600 quilos. A pista de Paa-Piu, bem como as demais pistas não compor-

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
Data	1 / 1
Cod.	YAD 00 5821

ta aviões maiores. Por essa razão, a F_una_i tem dificuldades em atender os doentes, porque seu principal avião, o Bandeirantes, não pode operar em nenhuma dessas pistas. E os dois que restam, um Islander, com capacidade para seis pessoas, e um Sêneca, com capacidade para quatro, estão com problemas mecânicos. Com isso, tanto os índios quanto os médicos, ficam à espera do apoio da Força Aérea.

De Boa Vista a Paa-Piu, no monomotor Minuano, a viagem leva 1h15. Lá chegando, o primeiro choque é saber que o único helicóptero da FAB deslocado para a operação de socorro serve muito mais à Polícia Federal do que aos índios. Na terça-feira, esse helicóptero fez dois pousos em Paa-Piu, deixando um total de 12 índios, no último grau de malária.

MORTE

Se a situação em Boa Vista é de descontrole, onde não parece haver nenhuma autoridade constituída, uma vez que o ouro é comercializado livremente, e os taxi-aéreos decolam a cada 20,30 minutos para as pistas de pouso clandestinas, em Paa-Piu, o quadro é catastrófico. Há cinco ou dez policiais federais sem qualquer função. Os garimpeiros já saíram de lá. Não por causa da operação, mas porque o ouro já acabou. Esses garimpeiros estão se deslocando para a região do Alto Catrimani, onde ainda há ouro, e ainda é área indígena. O helicóptero dos garimpeiros pousou duas vezes em Paa-Piu para abastecer as novas áreas de garimpo. Levava arroz e sal, e o responsável pelo abastecimento pode exercer sua atividade sem ser molestado pelos policiais que estão alojados na antiga cantina.

Há três aldeias em Paa-Piu. A mais próxima, fica ao lado da cabeceira da pista. Aí se encontram mais de 40 índios, morrendo nas redes. Não há comida. Além da malária fauciparum resistente (sendo tratada com o mais forte dos remédios, e mefloquina, que deve ter um acompanhamento médico), muitos desses índios já apresentam o quadro de tuberculose. A desnutrição é visível para qualquer leigo. Os índios deitados em suas redes, lembram as cenas recentes dos milhares de famintos da Etiópia e do Sudão. Não têm forças sequer para levar a colher à boca.

Na aldeia seguinte, a cerca de dez quilômetros de Paa-Piu, numa viagem de duas horas e meia, porque toda feita no charco, a desolação é ainda maior. Os índios abandonaram a maloca principal porque estava imunda, e não têm condições de buscar palha para fazer outra maloca, uma vez que não se mexem das redes. Estão todos alojados sob uma cobertura de plástico onde a temperatura atinge 38, 40 graus, em dia de calor. Famintos, pele sobre ossos, eles esperam qualquer tipo de ajuda, mesmo de quem não é médico.

A equipe que trabalha em Paa-Piu é insuficiente. Há dois médicos. Um voluntário, doutora Yvonne, que não para ~~nenhum~~ nenhum minuto, e outro, do Ministério da Saúde, que não entendeu direito a operação na qual está engajado. Além disso, há um grupo da Sucam, trabalhando com microscópio. O laboratorista viaja para onde é necessário, porque só existe ele, o que faz retardar os exames. Não há remédios suficientes. Não há transporte. Não há comida. Até mesmo a carne levada para a equipe de trabalho do Governo estava estragada (charque), e os funcionários de atendimento estão comendo feijão, quiabo, mandioca, farinha, além de Nescafé.

A malária atinge a todos, indiscriminadamente. Sou portadora de dois tipos de malária e conheço a ~~malária~~ alimentação exigida. As principais vítimas são as crianças. Tive oportunidade de carregar, nos braços, uma mulher com seu filho no colo. Os dois, juntos, pesavam pouco menos de 30 quilos. Uma criança de dois anos, três anos, pesa o mesmo que uma criança de quatro meses da nossa sociedade.

Até mesmo os chefes yanomami que nos anos anteriores não se opunham ao garimpo, não querem mais brancos na área. O exemplo mais forte é de João David, que perdeu sua filha, e está deitado. Ele nos disse que não há mais peixe e que a caça fugiu. Por essa razão, os índios estão sem suas principais proteínas. Todas as famílias indígenas foram atingidas pela morte. A situação se repete no garimpo. São homens completamente abandonados. Os poucos que foram expulsos da área (documentado pela imprensa), apresentam malária, tuberculose, além de variadas doenças venéreas. Já há casos de HIV detectado entre os garimpeiros, e quatro casos entre os índios. Essa doença, a Aids, pode exterminar a todos, rapidamente.

A informação de que há 45 mil garimpeiros na área yanomami, é falsa. Eles são, talvez, 20 mil; Há interesses em dizer que são mais, para se criar um quadro de impossibilidade na retirada. E, desses 15, 20 mil, a Polícia Federal não chegou a expulsar três mil. Sairam apenas aqueles que estão doentes, e portanto, não mais podem trabalhar para seus patrões, e os "blefados" (aqueles que não conseguiram enriquecer, como sonharam um dia).

GARIMPO

A oito minutos de voo de Paa-Piu, na pista de Baiano-Formiga, a atividade continua a mesma. Os federais se encontram em pleno entendimento com os garimpeiros, principalmente com os capatazes do garimpo. Fomos impedidos de sair da pista de Formiga, pelos agentes federais. O delegado Cotrim, que não está obedecendo a operação de retirada, não queria que documentássemos as atividades locais, e expulsou-nos. Mandou-nos de volta para Boa Vista, onde, sem di-

ficuldades, conseguimos credenciamento de jornalista.

Embora o tempo de permanência no solo tenha sido mínimo, pudemos observar a presença de prostitutas, policiais jogando baralho, e alguns dos garimpeiros que não conseguem trabalhar, por causa da malária, e esperam os aviões para Boa Vista. Há denúncias, em Boa Vista, de tráfico de droga pesada no garimpo de Baiano-Formiga. A mesma denúncia é feita também contra o garimpo de Geremias. Tanto Baiano-Formiga, quanto Geremias, são pistas clandestinas. Das 91 pistas de pouso detectadas em outubro do ano passado, 70 são clandestinas. A primeira dessas pistas, que possibilitou a construção das demais, é de responsabilidade do Projeto Calha Norte.

Os garimpeiros trabalham em sistema de barracão. Eles devem pagar seus instrumentos de trabalho, sua alimentação, seus medicamentos e deslocamentos para Boa Vista. Não há qualquer levantamento sobre os beneficiários desses garimpos. Não são os índios, não são os garimpeiros. E essa situação está matando mais de 20 mil pessoas. Os "proprietários" apontados pela população de Boa Vista são: José Altino Machado (notoriamente apenas um representante do verdadeiro proprietário), presidente do Sindicato dos Garimpeiros da Amazônia Legal; Elton Rohnelt, gerente da empresa Golden Amazon que, de acordo com os boatos locais, é de propriedade do ex-governador Gilberto Mestrinho; e Tomé Mestrinho, irmão do ex-governador do Amazonas, proprietário da pista clandestina "Tomé Mestrinho", entre a serra do Parima, e o rio Parima. Gilberto, Elton, e o governador Romero Jucá, de Roraima, concorrem ao Senado Federal nas eleições desse ano.

É essa a situação na área yanomami. A incidência de malária, em algumas regiões, chega a 100%. Há menos de quatro anos, os índios gozavam de saúde invejável. Não houve operação de retirada; não há qualquer apoio das Forças Armadas às equipes de trabalho. Quero dizer que o Brasil está assistindo a um genocídio em grande escala. Se não um genocídio premeditado, pelo menos um genocídio por omissão. O Brasil é signatário de acordos internacionais que nos obrigam a prestar assistência aos índios, entre eles, a Convenção 107 de Genebra.

O caso de Biafra se explica em razão de uma guerra; Sudão e Etiópia, pelas condições climáticas, mas o caso yanomami só se explica pela degeneração social extrema causada, de um lado, pela ganância dos beneficiários do garimpo, e de outro, pela omissão criminosa de algumas autoridades constituídas. Esse verdadeiro genocídio, face à Convenção 107 da ONU coloca o Brasil fora da esfera dos países civilizados.

A garantia da tão citada soberania nacional só será possível com medidas imediatas e eficazes que salvem a vida desses dois segmentos mais abandona-

dos da nossa sociedade. E, sem esse atendimento, nós deixaremos a bandeira negra da pirataria substituir as nossas cores.

Diante desse quadro, sugiro ao Procurador Geral da República uma viagem à área de Paa-Piu, Surucucus, e garimpo Goremias, de preferência, acompanhado de outras autoridades para que possa ver, pessoalmente, o crime que está sendo cometido, e que nenhum relato, nem todas as palavras do meu vocabulário serão suficientes para descrever.

Atenciosamente

Uluélicia Moreira